

## IDEÁRIOS E PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NA PRODUÇÃO DA CIDADE E DA HABITAÇÃO NO BRASIL: ENTRE O IDEALISMO E A NORMATIVIDADE, UMA HERANÇA DO SÉCULO XX?

Magaly Marques Pulhez

Centro de Estudos da Metrópole

Thaís Rosa

Faculdade de Arquitetura / Universidade Federal da Bahia

magamarquespulhez@gmail.com, thaisrosa@yahoo.com

### RESUMO

A atenção aos processos empíricos de produção da cidade, o reconhecimento do lugar singularmente assumido pelos diferentes agentes aí envolvidos e suas interações constituíram-se, ao longo do século XX, como matéria base para a ressignificação de ideias e práticas formalizadas de intervenção no espaço urbano, afetando consideravelmente o campo profissional de arquitetos e urbanistas, que se permitiram rever o estatuto de seu próprio ofício ao questionar dogmas enraizados nas conceituações modernas construídas sobre a cidade e a habitação, e também na condição centralizadora da atividade projetual. Práticas diversas de participação passaram a ser testadas como alternativa à lógica universalista preconizada pela arquitetura e o urbanismo modernos: sobretudo entre as décadas de 1950 e 80, toda uma geração de profissionais foi formada a partir da abertura a novos temas e propósitos, como as formas vernaculares de organização e os saberes populares, as vivências e experiências cotidianas. Nesse processo de reconhecimento, o arquiteto e o urbanista deslocavam-se, necessariamente, de seu posto demiúrgico, para buscar o lugar do diálogo, redimensionando o status da concepção projetual, agora percebida como prática compartilhada – e certamente também como instrumento político, aliado às lutas urbanas pela democratização do acesso à cidade e à moradia digna. A partir de uma aproximação caleidoscópica a alguns dos contra-discursos que emergem, nesse contexto, em âmbito internacional, este artigo propõe rastrear pontos de inflexão da constituição dos ideários e práticas participativas da cidade e da habitação no Brasil, revisando de forma panorâmica seu desenrolar histórico, desde que começam a desenhar-se como concepções e experiências idealizadas de aproximação ao universo popular, até sua recente institucionalização, convertendo-se em normativas programáticas. Para tanto, propomos cruzar tendências e experiências pontuais, de modo que seja possível registrar o dinamismo do adensamento e da circulação de ideias e práticas que animou o percurso geracional destes profissionais, com suas apostas, e limitações. E desde aí, apontar um debate possível para futuras agendas de pesquisa: qual a fortuna crítica decorrente de tais processos para as práticas de participação que ainda hoje nelas se ancoram?

**PALAVRAS-CHAVE:** participação; habitação; prática profissional

## IDEAS AND PRACTICES IN THE PRODUCTION OF THE CITY AND THE HOUSING IN BRASIL: BETWEEN IDEALISM AND REGULATIONS, A LEGACY OF THE 20TH CENTURY?

### ABSTRACT

*The attention to empirical processes of production of the city, the recognition of the place singularly assumed by the different agents involved therein and their interactions were constituted, throughout the 20th century, as the basis for the resignification of ideas and practices on formalized intervention in urban space, affecting considerably the professional field of architects and urban planners, which have allowed themselves to review the status of its own office by questioning dogmas rooted in modern conceptualizations on city and housing, and also in centralizing condition of projectual activity. Various practices of participation began to be tested as an alternative to the universalist logic advocated by modern architecture and urbanism: especially between the 1950s and 80s, a whole generation of professionals was formed from the opening to new themes and purposes, such as the vernacular forms of organization and popular knowledges, the everyday experiences, the word of the user, seen no more as 'type', but as singularity. In this recognition process, the architect and the urban planner commuters, necessarily, of his demiurgic post to seek the place of dialogue, resizing the status of projectual conception, now perceived as a shared practice - and certainly also as a political instrument, allied to urban struggles for the democratization of access to the city and proper housing. From a kaleidoscopic approach to some of the counter-discourses that emerge, in this context, in the international ambit, this article proposes to track inflection points of constitution of participatory ideas and practices of the city and housing in Brazil, on a panoramic reviewing of its historical development, since its first outlining as idealized conceptions and experiences of approach to the popular universe, until its recent institutionalization, becoming programmatic regulations. Therefore, we propose to cross tendencies and specific experiences, so that one could register the dynamism of densification and circulation of ideas and practices which encouraged the generational trajectory of such professionals, with their bets, advances, limits, constraints. And since then, point to a possible a debate for future research agendas: which is the critical legacy arising from such processes for the practices of participation which still today they can anchor?*

**KEY-WORDS:** participation, housing, professional practice

## INTRODUÇÃO

A atenção aos processos empíricos de produção da cidade, o reconhecimento do lugar singularmente assumido pelos diferentes agentes aí envolvidos e suas interações constituíram-se, sobretudo ao longo da segunda metade do século XX, como matéria base para a ressignificação de ideias e práticas formalizadas de intervenção no espaço urbano, afetando de forma considerável o campo profissional de arquitetos e urbanistas, que se permitiram rever e redimensionar o estatuto de seu próprio ofício ao questionar dogmas enraizados nas conceituações modernas construídas sobre a cidade e o habitat e também na condição desde sempre centralizadora da atividade projetual.

Práticas diversas de participação, organização e cooperativismo, autoconstrução e autogestão passaram a ser testadas como alternativa à lógica universalista e unidimensional preconizada pela arquitetura e o urbanismo modernos, deflagrando não apenas um evidente processo de esgotamento e ruptura com um projeto de suposta superação de desequilíbrios, contradições e atrasos próprios do modo de produção capitalista que, na verdade, jamais logrou firmar-se como tal – inclusive reforçando-os, em alguma medida, como aponta a crítica tafuriana –, mas também uma tentativa de, a partir daí, resgatar identidades, valores culturais, vínculos sociais, historicamente constituídos e constituintes do espaço habitado.

Sobretudo entre as décadas de 1950 e 80, toda uma geração de profissionais da cidade e do habitat foi formada a partir da abertura a novos temas e propósitos, como as formas vernaculares de organização e os saberes populares aí presentes, as práticas experimentadas em vivências cotidianas, a palavra do usuário, encarado não mais como “tipo”, mas como singularidade. Nesse processo de reconhecimento, o arquiteto e o urbanista deslocavam-se, necessariamente, de seu posto demiúrgico, autoral, para buscar o lugar da mediação, do diálogo, redimensionando o status da concepção projetual, agora percebida como prática compartilhada – e certamente também como instrumento político, aliado às lutas urbanas pela democratização do acesso à cidade e à moradia digna.

A disposição em ouvir e aprender com aqueles que vivem, usam e também produzem seus espaços de habitar e de conviver se fez ecoar em diferentes paragens, nesse período, quicá reverberando uma energia de época, de um mundo em latência, de transfigurações culturais e políticas: pesquisas como a de Bernard Rudofsky sobre uma “arquitetura sem pedigree”, reunindo um enorme acervo fotográfico de manifestações populares de construção espalhadas pela África, Ásia, Oriente Médio e América pré-colombiana, em meio urbano e rural, ou a de Paul Oliver, sistematizada no livro *Cobijo y Sociedad*, de 1969, seguindo o mesmo propósito, são alguns registros dessa paulatina configuração de um novo repertório para se pensar e exercitar a arquitetura e o urbanismo.

Em termos de ideários propositivos e práticas concretas deste processo de incorporação e compartilhamento de saberes, as referências são as mais diversas e integram um pensamento mais amplo e sofisticado sobre o fazer da cidade e do habitat, extrapolando fronteiras disciplinares em direção aos imperativos da singularidade e da autodeterminação: de Christopher Alexander e sua proposta de “equilíbrio orgânico” entre as partes envolvidas na concepção projetual, a Lucien Kroll e a ousadia de enfrentar de forma participativa o projeto de um grande edifício multifuncional; das críticas contumazes da americana Jane Jacobs à setorização autoritária e “insossa” da cidade corbusiana e sua proposta de incorporar a participação das comunidades locais nos projetos de reconfiguração de seus bairros, às concepções de Henry Lefebvre sobre a relação intrínseca que existe entre prática social e produção do espaço; da “architecture mobile” de Yona Friedman e suas proposições de emancipação do usuário da “padronagem” do arquiteto, à consagração do “community design”, procurando envolver a “comunidade” em atividades de intervenção urbana, em diferentes escalas.

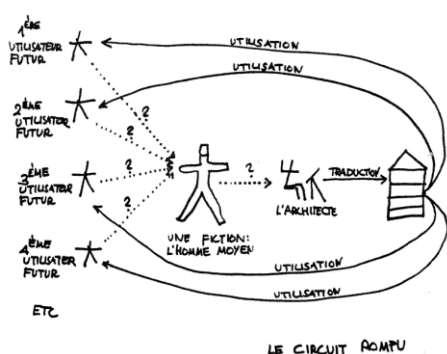


Figura 1 - Le circuit rompu (Yona Friedman) – fonte: Pulhez (2007)

Adensando este campo de problemas, Cruz (2013), ao aportar suas reflexões na associação complexa entre os impulsos utópicos que movem o ofício e as contingências pragmáticas da realidade concreta como síntese de um projeto político para o fazer arquitetônico, constrói uma narrativa bastante particular sobre o tema, invocando críticas, ideários e experiências diversas em que as questões do campo disciplinar, seu estatuto e sua relevância no mundo pós-revolução industrial, são pensados a partir do engajamento social via *produção habitacional*.

Na verdade, a ideia de participação ou de um projeto participativo – que aglutina, por si só, outras concepções como a dimensão social da arquitetura, o reconhecimento do outro e suas particularidades, o enfrentamento do real – desde sempre esteve ligada ao tema da habitação, que, por sua vez, constitui-se como recorrência fundamental para o campo

disciplinar, dos modernos e sua apostas diante da explosão urbana dos séculos XIX e XX, aos dias atuais, em que a produção massiva e sua associação com a forma da cidade ainda merecem acalorados debates.

Também nesse caso, a historiografia tratou de localizar e elencar uma série de experiências emblemáticas através das quais podemos perceber a potência desta relação: desde o egípcio Hassan Fathy, em Nova Gurna, ainda nos anos 1940, com a proposta de resgatar a tradição e os costumes da comunidade moradora durante o processo de desenvolvimento do projeto da nova cidade, sempre tendo como perspectiva a tomada de decisão compartilhada; passando pelas críticas desestabilizadoras do grupo Team 10 a respeito do funcionalismo e do racionalismo modernos e a ideia de que o arquiteto “especialista” deveria assumir o papel de “mediador” dos processos de discussão sobre a cidade e a habitação, envolvendo quem vive, trabalha, se desloca e usa de várias formas o espaço urbano; chegando a John Turner, com suas incursões por favelas latino-americanas nos anos 1950-60, sua avaliação contundente de que os pobres faziam mais por si mesmos do que os mais ricos e as propostas autogestionárias que daí decorreram – todos, de certo modo mobilizados por questões ligadas ao projeto habitacional, compõem uma extensa lista de personagens cujas trajetórias, ainda que não se cruzem diretamente, por certo se inserem nesse mesmo universo de transformações aqui abordado, de inflexões práticas e teóricas acerca do fazer urbanístico e arquitetônico, servindo-nos de referência para dar corpo e carne a uma história que é, evidentemente, coletiva.



Figura 2 - Projeto Nova Gurna (Hassan Fathy) - fonte: Pulhez (2007)

No caso brasileiro, é possível supor que as condições de urbanização de nossas cidades e a precariedade habitacional tenham funcionado mais fortemente como o motor destas transformações, dadas as especificidades que nos encerram: nos anos 1960, ao mesmo tempo em que se festejava Brasília, arquitetos e urbanistas engajavam-se em discussões como, por exemplo, aquelas pautadas durante o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, que a um só tempo escancaravam a crise de expansão das cidades e da carência habitacional e, de certo modo, politizavam os compromissos da profissão com o futuro do país. E embora o golpe militar tenha freado e diminuído de maneira contundente esta movimentação, aquilo que se experimentou, nesse período, em relação ao universo do popular e a disposição em enfrentá-lo – a partir de sua riqueza sociocultural, mas também, e principalmente, a partir de suas necessidades e direitos – certamente produziu efeitos vultosos, de inegável importância, sobre o fazer da arquitetura e do urbanismo, permitindo, também aqui, vivências da prática próximas àquelas que vinham sendo testadas mundo afora, embora o sentido histórico deste processo certamente carregue cores e contornos próprios.

Sobre isto nos debruçamos neste artigo: rastrear alguns pontos de inflexão na constituição dos ideários e práticas participativas da cidade e da habitação no contexto brasileiro, revisando de forma panorâmica seu desenrolar histórico, desde que começam a desenhar-se como concepções e experiências fortemente idealizadas de aproximação ao universo popular, até sua institucionalização, em tempos mais recentes, convertendo-se, então, em regramentos e normativas programáticas, sobretudo no caso de projetos habitacionais.

Para tanto, propomos cruzar tendências mais amplas e algumas experiências pontuais levadas a cabo por arquitetos e urbanistas, de modo que seja possível registrar o dinamismo da circulação de ideias e práticas que animou o percurso geracional destes profissionais, com suas apostas, avanços, limites, constrangimentos. E desde aí, apontar um debate possível para futuras agendas de pesquisa: qual a fortuna crítica decorrente de tais processos, que tiveram lugar ao longo do século XX, para as práticas de participação que ainda hoje nelas se ancoram?

## PROJETO PARTICIPATIVO, CIDADE E HABITAÇÃO NO BRASIL: ESBOÇANDO UMA NEBULOSA<sup>1</sup>

Entre arquitetos e urbanistas brasileiros, as expressões vernaculares da arquitetura feita pelo povo, indiferente a saberes eruditos, mas valorizada justamente por seu conhecimento autóctone, ganham certo destaque e passam a ser lentamente abordadas e trazidas ao debate profissional a partir dos anos 1950, quando o país crescia e se industrializava, sob o signo

<sup>1</sup> Nos valemos aqui da ideia da *nebulosa* proposta por Pereira (2014), a qual remete a um campo de adensamentos entre experiências, práticas, discursos nem sempre articulados ou coexistentes, mas que de alguma forma se articulam: “A metáfora parece útil para evocar essas formas vaporosas que se agregam para se constituir de modo denso em certas zonas, fluido e esgarçado em outras, se consolidando ou se diluindo a partir da interação de umas com outras ou francamente em situação de isolamento.”

desenvolvimentista da vez, e o campo cultural, de artistas e intelectuais, se voltava às massas para interpretar a nação emergente.

Desde a busca sutil de Lúcio Costa pela coerência entre saber e procedimento que sempre lhe parecera evidente nas manifestações populares da arquitetura vernacular portuguesa e aquela do período colonial brasileiro; as investidas de Lina Bo Bardi, com suas expedições ao nordeste e seu interesse pela “arquitetura sem arquitetos” expresso em diversos textos publicados na revista *Habitat*, sob sua editoria; o reconhecimento da construção popular da favela enquanto arquitetura, defendida por Joaquim Cardoso; a “poética da economia” do grupo Arquitetura Nova: até que aportássemos no tumultuado contexto político da segunda metade dos anos 1960, diversas foram as investidas entre os profissionais brasileiros do campo da arquitetura e do urbanismo no sentido de resgatar as características positivas que singularizam a experiência do habitat popular, seja em suas manifestações estéticas e formais ou construtivas e de produção (Pulhez, 2007).

E se de certo modo ressoavam movimentações concomitantes, experimentadas em outros cantos, como aquelas citadas há pouco, isto se fazia num processo de extrema resignificação, a considerar nossas particularidades mais contundentes – ou seja, senão para que o próprio estatuto do ofício se recolocasse diante das contradições e dilemas que definiam o país nesse momento: arquitetos e urbanistas, divididos entre a aposta moderna no progresso social e econômico da nação e as primeiras e continuadas evidências de uma crise de legitimidade no projeto desenvolvimentista em uma sociedade cuja industrialização e urbanização produziam sempre novos impasses e defasagens, passariam a reconsiderar a sua função social e cultural no enfrentamento das necessidades populares, embora de forma ainda eventual e restrita, mas já de certo modo reescrevendo o caráter da profissão através de algumas iniciativas de comprometimento com o universo popular de moradia em favelas e assentamentos precários – e também apontando perspectivas de avanço para a prática do projeto participativo, pouco testada até então.

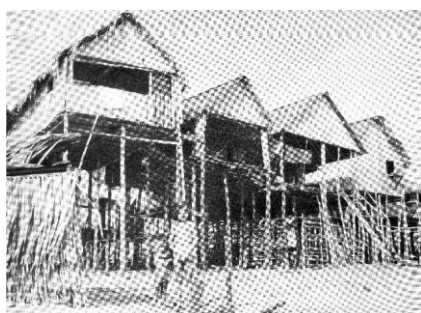


Figura 3 - Palafitas no Amazonas: foto que ilustra o texto de Joaquim Cardoso, Revista Módulo, 1956 - fonte: Pulhez (2007)

Experiências pioneiras como a do SERFHA - Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas no Rio de Janeiro, funcionando como uma espécie de assessoria à população favelada; a do MUD - Movimento Universitário de Desfavelamento, em São Paulo, com a participação dos estudantes de arquitetura e outros campos disciplinares em projetos de relocação de favelas em diálogo com os moradores; a de Acácio Gil Borsó, em Pernambuco, cujo projeto e construção de Cajueiro Sêco conta com participação dos moradores e a incorporação de tecnologias construtivas populares locais; ou a da própria SAGMACS - Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais, que desenvolve pesquisa inédita, no final da década de 1950, sobre as favelas cariocas, com abordagens originais que exercem inclusive um papel formativo, direta ou indiretamente, nas trajetórias profissionais de muitos dos técnicos que mais tarde atuaram junto à habitação popular (Pulhez, 2007) – uma constelação de práticas quase laboratoriais, de escala limitada, mas significativas como impulso para experiências mais densas, tiveram lugar num curto espaço de tempo, certamente circunscrevendo um campo de problemas de ordem política, num contexto um tanto distinto daquele registrado em solo internacional, em que a possibilidade de incorporação do usuário nos processos de projeto não apenas redimensiona os territórios tradicionais em que os saberes e as práticas da arquitetura e do urbanismo são erigidos, mas, mais do que isso, alcança também a pauta das lutas urbanas pelo direito à cidade e à habitação digna.

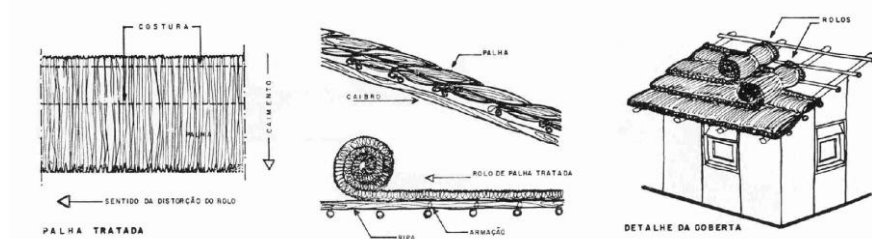


Figura 4 - Sistema construtivo (Cajueiro Sêco) - fonte: Pulhez (2007)

Nos anos 1960, a mais emblemática destas experiências – e que, no caso brasileiro, poderíamos considerar aqui como um primeiro ponto de inflexão da prática participativa em projetos de habitação social – certamente foi a da urbanização da

favela Brás de Pina, na periferia da cidade do Rio de Janeiro, empreendida pelo arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos e o escritório Quadra.

Em clara posição de resistência à uma ação de remoção forçada anunciada pelos poderes públicos, os moradores de Brás de Pina, apoiados por alguns membros da Igreja e com respaldo da exposição pública na imprensa, construíram um (contra) discurso político em favor da radicação, embasado em argumentos técnicos, arquitetônicos e urbanísticos, reunidos com a assistência técnica dos profissionais do Quadra, contratados por eles mesmos, de forma inédita, através da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara - FAFEG.

Apenas mais tarde, em 1968, com a criação da Companhia de Desenvolvimento de Comunidades - CODESCO, a proposta de urbanização pode ser finalmente desenvolvida e implementada, com intensa (e certamente conflituosa) participação dos usuários, estabelecendo, a partir de então, um novo parâmetro de interação entre arquitetos e urbanistas e a comunidade atendida. Segundo o depoimento de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, que esteve à frente do processo, ficou decidido que os próprios moradores trabalhariam em campo sob a orientação dos arquitetos do Quadra e forneceriam o material bruto que seria interpretado no escritório:

*"[...] Como urbanista nunca tive melhor experiência profissional do que a desse tempo em que trabalhamos tão diretamente com os nossos 'clientes'. Ainda que parecesse lógico o contrário, é muito raro que urbanistas tenham contatos face a face com as pessoas para quem fazem planos. Vivíamos com o escritório cheio de favelados que o invadiam para ver o que fazíamos e ficavam para discussões que varavam a noite. Era emocionante ir recebendo aqueles pedaços dos mais diversos papéis e ir vendo um trabalho que surgia aos poucos" (Santos, 1981:45).*

Conforme Pulhez (2008), a despeito das dificuldades e impasses que caracterizaram a experiência de Brás de Pina<sup>2</sup>, "a exposição à favela e ao cotidiano dos moradores foi, para os arquitetos do Quadra, uma forma (e uma opção) de romper com 'regras' e 'normas' que desde sempre condicionaram o ensino e a prática da arquitetura a estabelecer-se num universo 'excelso', 'de glórias nacionais, da grande vedete'", tal como expressou Santos<sup>3</sup>.

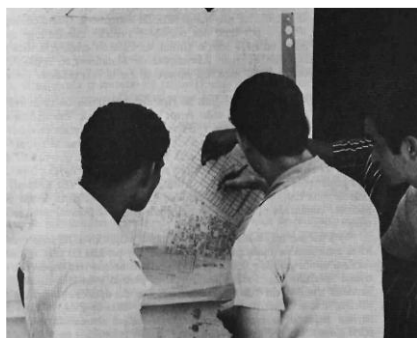


Figura 5 - Discussão de projeto em Brás de Pina - fonte: Santos (1981)

O recrudescimento da repressão política a partir da virada dos anos 1960 para 70 inaugura, de forma geral, um hiato entre a aproximação recém iniciada entre "intelectuais e povo", aí incluídos os arquitetos, evidentemente. No contexto da ditadura militar, ainda que, em discurso, a habitação de interesse social tenha se tornado uma das bandeiras do regime, numa inédita produção habitacional em massa no país encampada via Banco Nacional de Habitação - BNH, uma parcela bastante reduzida dessa produção foi destinada propriamente ao que seria considerado a demanda de "interesse social" à época – e de forma absolutamente centralizada, como sabemos.

No "último suspiro" da instituição, antes de colapsar-se por completo em meados dos anos 1980, alguns "programas alternativos", de custo reduzido e investimento mínimo, alinhados às recomendações que então já se faziam disseminar entre os países do "terceiro mundo" pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, ONU Habitat, ou BID), serão lançados por aqui, visando também, de certo modo, amenizar a movimentação social em torno do temário da reforma urbana que já então ganhava força nas grandes metrópoles do país.

Nesse momento, "soluções" habitacionais associadas a práticas de autoconstrução e mutirão serão institucionalizadas como ações de atendimento à população mais pobre, de certo modo capturando e adulterando o princípio da participação que então se construía como contra discurso, tornada, nesses casos, mero instrumento de produção e urbanização a custos rebaixados. Programas como Profilurb, Promorar e João-de-barro, reuniam todos características semelhantes: ofereciam prioritariamente os solos construíveis e a infraestrutura, numa declarada ação de "estímulo" à população para que resolvesse "seus problemas de habitação com o apoio de financiamentos adaptados à sua condição socioeconômica", incentivando a "participação ativa das populações para o melhoramento de seu meio ambiente" (Sachs, 1999:152).

2 Os dilemas do processo vivenciados no cotidiano da urbanização estão bastante bem detalhados em Santos (1981).

3 Postas de lado possíveis romantizações e mistificações excessivas em torno da experiência de Brás de Pina, o que vale considerar aqui é justamente a inovação inegável trazida pela maneira como se estruturara a intervenção na área: jamais (e isso só voltaria a acontecer nos anos 1980) houvera, antes de Brás de Pina, a possibilidade de desenvolvimento de um projeto de urbanização de favela que tivesse como peculiaridade o fato de que tenha partido da própria Associação de Moradores a iniciativa de contratar arquitetos para o desenvolvimento de um trabalho que pudesse ser conjunto, ou seja, que proporcionasse o diálogo entre as partes envolvidas.

Certamente, o que, nesse caso, se nomeia “participação” em nada se aproxima das apostas testadas em experiências como as de Cajueiro Sêco ou Brás de Pina, evidentemente. Não mais do que um mecanismo para a concorrência da mão-de-obra popular no sentido de minimizar os custos de produção dos embriões habitacionais já nascidos precários, trata-se sim de um modelo de participação funcionalizado ao sabor das recomendações das agências internacionais e sua oferta de financiamento das práticas de *self-help*, disseminadas desde os anos 1960 por diversas cidades latino-americanas, como bem registra Arantes (2004).

A despeito disso, a potência crítica e transformadora da prática participativa ainda estava por produzir seus resultados mais promissores, em meio às movimentações de retomada democrática que tomavam as ruas do país nos anos 1980: simultaneamente às iniciativas profiláticas dos tais “programas alternativos” do BNH, nesse mesmo período, terão lugar uma série de iniciativas localizadas, decorrentes de certa prática militante de profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo em sua aproximação às periferias e favelas das grandes cidades, com destaque para São Paulo.

Tais experiências reintroduziam – muitas vezes fazendo uso dos próprios programas oficiais – a pauta de uma efetiva participação popular, não apenas como mão-de-obra barata, mas como sujeitos ativos em todo o processo, das negociações políticas às definições projetuais, da execução da obra a sua gestão: segundo Lopes (2011:40), a despeito de seu caráter “localista”, elas “fariam germinar alguns sinais que foram paulatinamente compondo o universo que apenas se adensaria alguns anos depois”, sobretudo no que tange às trocas de saberes estabelecidas entre técnicos e moradores das favelas e periferias, de certo modo pondo em conexão a constelação de ideias e práticas que as energias utópicas das décadas anteriores havia produzido, de Fathy a Turner, de Sérgio Ferro a Carlos Nelson.

Assim, o início dos anos 1980, em São Paulo, demarca um segundo ponto de inflexão ao se pensar a questão da participação em projetos de habitação social e urbanização de favelas no Brasil, quando terão lugar duas experiências hoje consideradas emblemáticas, sobretudo por terem dado visibilidade, continuidade e sentido àquelas diversas ações pontuais em curso, podendo ser consideradas “fundantes da história do assessoramento técnico aos movimentos de moradia por autogestão” (Baravelli, 2006): aquela do Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes – em especial a urbanização da favela Recanto da Alegria, e aquela empreendida em Vila Nova Cachoeirinha.

A urbanização da favela Recanto da Alegria, zona sul de São Paulo, foi um processo que se originou da luta organizada de seus moradores, cujo líder era ligado às Comunidades Eclesiais de Base, por melhorias habitacionais e urbanas. A partir do encontro desses moradores com os arquitetos e urbanistas que então estruturavam o Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes - LAB-HAB, teria início a elaboração de um projeto de urbanização a ser implementado através do programa Profavela: com o assessoramento técnico promovido pelo Laboratório, o desenvolvimento, a gestão e a promoção do projeto e da obra ficariam a cargo da própria organização dos moradores (Bonduki, 1992).

Criado em 1982, o Laboratório agremiaria professores e alunos em torno das demandas dos movimentos de moradia em São Paulo, possibilitando o que Lopes (2004:9) considera “uma presença mais ‘orgânica’ de técnicos junto a esses movimentos”. Além do estreitamento de relações com periferia e os movimentos sociais, o LAB-HAB proporcionava uma renovação significativa no ensino da arquitetura, experimentando a junção de trabalho em campo, colaboração com organizações populares e uso de tecnologias alternativas. Elaborando e testando formas de articulação entre profissionais e estudantes de arquitetura e urbanismo e os moradores da favela, estabelecendo um debate sobre o lugar e as dimensões do projeto nesse contexto de atuação, buscando implementar concretamente suas iniciativas, ambicionando interferir na política habitacional da cidade, o LAB-HAB se tornaria referência central da aproximação do ensino de arquitetura e urbanismo à realidade habitacional e urbana do país, tendo formado diversos profissionais que posteriormente trabalhariam em administrações do Partido dos Trabalhadores e assessorias técnicas aos movimentos de moradia, até ser bruscamente fechado pela direção da instituição em 1986<sup>4</sup>.



Figura 6 - Canteiro de obras da favela Recanto da Alegria - fonte: Bonduki (1992)

4 A inviabilidade momentânea da experiência, no entanto, se desdobra posteriormente no Laboratório da UNICAMP, de alcance mais amplo, e inspira também as iniciativas semelhantes do Laboratório do Habitat, na PUC-Campinas, e de projetos nesse mesmo formato na FAU-Santos.



Ainda no início dos anos 1980, a experiência de Vila Nova Cachoeirinha, zona norte de São Paulo, será uma das pioneiras na produção de habitação social com assistência técnica, através da articulação entre ajuda-mútua e autogestão. Tendo como referência as Cooperativas de Viviendas Uruguayas e seus Institutos de Assessoria Técnica, modelo difundido entre arquitetos e urbanistas e moradores das periferias paulistanas pelas mãos do engenheiro Guilherme Coelho através de um filme super-8, a experiência fará ecoar em São Paulo uma espécie de “imaginário autogestionário” entre técnicos e integrantes de movimentos de moradia, com destaque para a perspectiva de elaboração de projetos participativos e sistemas tecnológicos pensados para produção e gestão pelos próprios moradores. Também aqui, a aproximação deste engenheiro e da pequena equipe que conseguira montar – um arquiteto e urbanista e três assistentes sociais cedidos pela prefeitura, além de uma estudante de arquitetura e urbanismo – a uma organização de cerca de 600 moradores, então mobilizados em torno da consecução de um financiamento habitacional através do Programa Promorar, do BNH, daria início ao processo autogerido de projeto e construção de habitações por ajuda-mútua, num embate entre a intenção (todavia frustrada) de implementar o modelo das cooperativas uruguaias e a opção das “moradias evolutivas” ou “casa-embrão”, disseminada pelo Banco.



Figura 7 - Cooperativas de Viviendas Uruguayas - fonte: Baravelli (2006)

Um aspecto a destacar sobre tal experiência, no que tange à questão da participação popular, foi a introdução, não inédita, mas certamente inovadora – justamente a partir das referências uruguaias –, de procedimentos para a elaboração do projeto em conjunto com os futuros moradores. Conforme Baravelli (2006:138), o ponto de partida dessa elaboração projetual que se pretendia coletiva teria sido, de fato, bastante similar ao que ocorria nas cooperativas uruguaias, destacando-se o fato dos projetos urbano e arquitetônico serem discutidos em assembleias, bem como a utilização de métodos de apresentação “didáticos”, como a “maquete móvel” e a construção de uma “casa-modelo”.



Figura 8 - Mutirão Vila Nova Cachoeirinha - fonte: Baravelli (2006)

Entretanto, a atuação de Guilherme Coelho como responsável pelo projeto de Vila Nova Cachoeirinha seria abruptamente interrompida com a sua morte, em 1982. A experiência teria sequência com seu irmão, o engenheiro Sérgio Coelho, e com o arquiteto Henrique Reinach e viria somar-se à paradigmática atuação do LAB-HAB no Recanto da Alegria que, juntas, acabariam estabelecendo um outro padrão de comprometimento entre profissionais arquitetos e moradores pobres da periferia de São Paulo, bem como de perspectivas de participação popular na produção da habitação e do espaço urbano.

Tais experiências evidenciam a construção de algumas matrizes de reflexão sobre a prática e o saber da arquitetura e do urbanismo, bem como sobre suas possibilidades de democratização – as quais se constituíram, em grande medida, pelas contribuições de Turner ou pelo ecoar da experiência de Brás de Pina, mas, sobretudo, a partir do contato com a experiência das cooperativas uruguaias – e que terão continuidade, em alguma medida, na assimilação de outras dimensões políticas, mas também técnicas e estéticas, que se irão se espalhar tanto na articulação de outros Laboratórios

de Habitação em escolas de arquitetura e urbanismo, quanto na conformação de um campo de atuação no âmbito do assessoramento técnico a movimentos de moradia.

Baravelli (2006:126) aponta algumas questões em torno da assessoria técnica, nos moldes em que se pretendeu delinear em Vila Nova Cachoeirinha – em diálogo retrospectivo com a experiência uruguaia e prospectivo com as assessorias aos movimentos de moradia que a ela se seguiriam –, que fazem ver as dimensões desse campo que então se constituía, bem como seus dilemas perenes: “a amplitude de escopo do assessoramento técnico à autogestão, a adaptação de materiais e sistemas construtivos de pré-fabricação à mão-de-obra cooperada, a combinação entre produtividade e pedagogia nos processos de trabalho, o confronto de custos e técnicas com as empresas de investimento privado”.

Se, em ambas as experiências, os impasses relativos à aproximação entre saberes técnicos e saberes populares, aos limites da constituição de uma “cultura arquitetônica” (e urbanística) comum entre arquitetos e população estiveram presentes<sup>5</sup> - também aqui aproximando-se da experiência de Brás de Pina –, estes estariam inseridos, a partir de então, nas dimensões de uma profunda revisão de suas posturas profissionais em meio à qual, perante o novo cenário de mobilização popular, muitos arquitetos e urbanistas viriam a extrapolar as fronteiras dos debates de corporação e das experiências acadêmicas em direção a um campo direto de ação sobre o problema, seja, pois, no âmbito das administrações públicas, seja autonomamente por meio de organismos de assessoria técnica aos movimentos de moradia que se estruturariam em toda a região metropolitana de São Paulo. Essa “conjuntura” permitiu, naquele momento, que arquitetos e urbanistas se inserissem como atores importantes nos debates sobre a democracia, associando-os à possibilidade de desenvolvimento de novas formas de produção de moradia popular, nas quais se evidenciava o estreitamento dos laços entre os “especialistas” e a população – e não apenas em São Paulo.

Em 1984 é realizado, pela UnB, o I Seminário sobre Desenho Urbano no Brasil. Ali são apresentadas algumas propostas de urbanização de favelas em cidades como Belo Horizonte, Brasília e Rio de Janeiro. Uma delas – “Vila Paranoá: ‘O planejamento de um assentamento na realidade brasileira: uma tentativa de captar as origens de um meio ambiente marginalizado’” – representou o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília na XII Confrontação Internacional de Projetos de Estudantes de Arquitetura – Prêmio UNESCO 1984, patrocinado pela União Internacional de Arquitetos (UIA), cujo tema era “O Arquiteto a Serviço dos Usuários – Criadores de sua Própria Moradia”. No Rio de Janeiro, destaca-se ainda a experiência participativa de regularização fundiária da Favela do Gato, em Niterói, empreendida através de assistência técnica pelo NEPHU - UFF (1983), em um modelo de articulação universidade-grupos populares bastante próximo ao empreendido pelo LAB-HAB. Em relação à regularização fundiária das favelas, nesse período, toda a literatura referente ao tema enfatiza o pioneirismo de Diadema (SP), Recife (PE) e Belo Horizonte (MG), que também acabaram por criar novos espaços de interlocução entre técnicos e moradores, experimentando formas de participação popular na produção da moradia e da cidade. Experiências como a da Assembleia do Povo (1979/1986), em Campinas (SP), movimento de luta pela terra urbana e por habitação, articulado por moradores de várias favelas da cidade, e a da Assessoria de Urbanização Popular - ARRUAR, um grupo de arquitetos e advogados que trabalhou em assessorias de urbanização às associações de moradores de favelas do Recife nos anos 1980, engrossam ainda o caldo das transformações em curso, que avançavam, nesse momento, no mesmo compasso em que se redesenhava a própria a esfera pública brasileira.



Figura 9 - Convocação da Assembleia - novembro de 1980 - fonte: Pulhez (2007)

Nesse sentido, esse é o período em que se admite – pela primeira vez, nos parece – a questão da participação popular nos projetos de moradia como parte da construção de uma outra concepção de gestão pública, antagônica ao que até o momento se conhecia a respeito da atuação estatal: a possibilidade de estabelecer canais que permitissem “aos usuários a interferência na formulação de programas e em toda as etapas dos empreendimentos, bem como viabilizar condições para que pudessem lutar por seus direitos” (Bonduki, 1993:11) reverberava, evidentemente, um processo mais amplo, de “redefinição da noção de cidadania”, que apontava “na direção de uma sociedade mais igualitária em todos os seus níveis” – uma sociedade “baseada no reconhecimento dos seus membros como sujeitos portadores de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente da gestão da sociedade” (Dagnino, 2002:10). Na esteira da aprovação da Constituição de 1988, uma das consequências mais evidentes desse processo é, de fato, a criação de espaços de cogestão – de partilha de poder – e de discussão de políticas públicas, com destaque para a constituição de fóruns de articulação, câmaras setoriais e conselhos.

5 Arantes (2002); Lopes (2011). Os dilemas relativos à participação e a apropriação dela decorrentes foram inúmeros, em ambas as experiências, assim como relatado também por Santos (1981) quanto à experiência de Brás de Pina. Carvalho (2004) também retoma esta discussão a partir da experiência dos mutirões paulistanos dos anos 1990.



É a partir dessa perspectiva que se pode afirmar que a gestão de Luíza Erundina, pelo Partido dos Trabalhadores, na cidade de São Paulo, marcará um terceiro ponto de inflexão nos termos da participação em torno das questões habitacionais e urbanas no país: ápice desse arco de acontecimentos aqui brevemente reconstituído, o que o constitui é menos um “quadro de governo específico que assumiu o poder municipal em 1989, mas sua correspondência a grupos técnicos e movimentos de moradia cuja organicidade e capacidade de mobilização vinham crescendo desde 1982”, ou seja, o potencial de dar um significado comum às experiências anteriores, aglutinando os técnicos ali envolvidos e institucionalizando as práticas até então experimentais – com destaque para a articulação entre mutirão e autogestão (Baravelli, 2006:98-99).

Nesse contexto, se consolidam em São Paulo as assessorias técnicas aos movimentos de moradia, as quais irão atuar em conjunto com os movimentos de moradia na formulação das políticas e programas habitacionais que pressupunham formas de controle da ação do poder público e gestão integral do processo de produção da moradia (Bonduki, 1992): a aposta coletiva era que, generalizando o modelo autogestionário nos canteiros de obras, ampliando a participação popular para além das esferas do projeto, transferindo o protagonismo político àqueles que tradicionalmente são apenas objeto das políticas, programas e projetos habitacionais, se estabelecerá um processo de formação continuada de novos agentes sociais, produzindo outras dinâmicas socioespaciais. De fato, ao longo da gestão, um amplo espectro de ações e proposições políticas, técnicas, projetuais, a partir de diferentes dinâmicas de participação popular, foi implementado, a partir da articulação entre as esferas do desenho e do canteiro, em seus atravessamentos pela mobilização social, perseguindo a ideia de uma “produção sem dominação”, nos termos de Ferro (2006).



Figura 10 - Mutirão autogerido em São Paulo, década de 1990 - fonte: Lopes (2011)

## A PARTICIPAÇÃO, ENTRE O IDEALISMO E A NORMATIVIDADE: UMA 'HERANÇA' DO SÉCULO XX?

O arco que se desenha ao longo da década de 1980 na cidade de São Paulo, quando a emergência de experiências participativas na produção e gestão da habitação e da cidade incidiriam tanto sobre os modelos de atuação do Estado quanto sobre as práticas de arquitetos e urbanistas na elaboração de planos e projetos habitacionais, terá seu ponto de viragem em 1992, quando chega ao fim a gestão de Luíza Erundina no governo municipal. Nas gestões seguintes, ainda que a produção habitacional por mutirão se perpetue em menor escala, ela irá se deslocar em absoluto da ideia de autogestão, esvaziando as perspectivas de participação popular que então se construíam.

No mesmo contexto – e num suposto paradoxo – a conjuntura política na qual se que acentua a investida neoliberal no país repercutirá sobre a formulação das políticas urbanas e habitacionais, e os programas de urbanização de favelas passarão a ocupar, progressivamente, lugar majoritário no conjunto de políticas habitacionais para a população de baixa renda. Propagada desde finais da década de 1960 por organismos multilaterais como a panaceia para a problemática habitacional e urbana do chamado “terceiro mundo”, como vimos, a “urbanização de baixos padrões” se fortalecerá como “política urbana eficiente”, a partir de uma perspectiva modelar e do investimento nada desprezível de recursos por tais agências internacionais, espalhando-se não apenas nas metrópoles, mas também nas cidades médias em todo Brasil, e conquistando grande visibilidade nacional e internacional: o programa carioca Favela-Bairro representa o marco dessa “consagração”, ao lado de outros programas como o Santo André Mais Igual, saudados como best-practices, marcos de uma agenda pautada pelo discurso em defesa da “inclusão social”.

As experiências de urbanização multiplicam-se, perpetuam-se e, sobretudo, institucionalizam-se e normatizam-se, em busca de uma “padronização” e de uma gestão cada vez mais controlada. É nesse contexto que o denso conteúdo de luta política presente na ideia de participação popular transfigura-se, aos poucos, em diretrizes e técnicas de gestão, a ponto de constar de editais de programas habitacionais que passaram enfaticamente a exigir a participação, e com regras para tal.

O caráter de legitimidade da prática participativa passa, nesse sentido, a disputar seus significados com um novo conjunto de valores cujo *ethos* não mais se estrutura pela perspectiva da superação de hierarquias e sujeições – ou como horizonte de emancipação, se se quiser –, mas sim, pelo seu avesso: uma razão instrumental que cuidadosamente fundamenta as exigências próprias à moderna gestão, capaz de conferir “excelência gerencial” a programas e projetos baseados na retórica reformista. No caso das urbanizações de favelas, poderíamos dizer que a “participação” funciona como instrumento e ingrediente “técnico” que, no mais, deve garantir a “eficácia” da intervenção (que o projeto urbanístico,

sendo aprovado pela maioria, possa ser implantado sem maiores conflitos) e sua “sustentabilidade” (em se tratando de um projeto que todos conhecem e aprovam, que, após o término das obras, a população possa controlar e manter o espaço segundo as regras da boa convivência).

Estamos diante, pois, de uma amostra das contradições e impasses característica do quadro político que marca os anos 1990-2000, contexto fortemente caracterizado por uma ressignificação de determinados discursos construídos em torno de referências normativas que procuraram qualificar o processo de democratização do Estado e da sociedade: como diretriz programática, a participação aparece esvaziada de seu sentido político original (o que se refere à partilha de poder). Nesse diapasão, as possibilidades concretas de aproximação entre saberes técnicos e populares – donde o exercício da participação apareceria como processo essencialmente deliberativo (e não apenas consultivo, agregador ou consensual) – restringe-se, progressivamente, apenas ao cotidiano das intervenções, como rescaldo de uma interlocução atravessada por uma miríade de condições quase sempre exógenas ao exercício projetual (Pulhez, 2007). Transmutada de direito a obrigação, a participação se tornaria, ao longo dos anos 1990 e adentrando o século XXI, “conduta privilegiada em programas de provisão e melhoria de moradia para os pobres”, espécie de pré-requisito de qualquer política habitacional implementada no país desde então (Lopes; Kapp; Baltazar, 2010); entretanto, conforme aponta Maricato (2011), sua instrumentalização excessiva esvaziaria os conteúdos emancipatórios presentes naquelas experiências emblemáticas que conformaram o debate em torno das potências da participação popular na produção da habitação social e da cidade no país.

Assim, se a segunda metade do século XX figura, portanto, como momento histórico em que se elaboram – teórica e praticamente, em diversas escalas e a partir de distintas mobilizações sociais – as vinculações entre participação e democracia que irão reverberar em novos modos de se pensar a produção da arquitetura e da cidade, tomando, em grande medida, a habitação (social) como mote privilegiado, a reconstrução aqui proposta se encaminha no sentido de também matizar a univocidade dos efeitos da “confluência perversa” (Dagnino, 2002) que, a partir dos anos 1990, a um só tempo consolida e esvazia politicamente o ideário e as práticas participativas então experimentadas. Se há consolidação, seria possível pensar que a sedimentação dos caminhos trilhados até então permitem, por isso mesmo, a reposição das disputas.

Seria mesmo possível considerar, nesse sentido, que os desdobramentos acumulados por esses processos de discussão e participação – desde as primeiras experiências que relatamos, ainda entre os anos 1950 e 60 – nos mostram que, de alguma maneira, os arquitetos vêm podendo acrescentar paulatinamente novas questões ao campo disciplinar que orienta a prática do ofício. Parece-nos, pois, que, para além das romantizações e mistificações formuladas em torno da ideia da participação como “equivalência de saberes” – como se fosse possível um diálogo que apagasse as diferenças e especificidades inerentes a cada um dos lados da relação – estabelecida entre usuários e arquitetos, a formação de um espaço comum de interpelação e discussão – em que, mantidas as diferenças e os conflitos, cada sujeito possui a legitimidade do pensar, do falar e do agir sobre o conteúdo discutido – apresenta questões ainda mais amplas e complexas para a prática profissional do arquiteto: questionar hierarquias, admitir alteridades, desconstruir a ideia da grande autoria (ainda muito cara à arquitetura, de modo geral) exige reformulações profundas de determinadas posturas diante de qualquer que seja o interlocutor; dilemas e conflitos não apenas fazem parte desse processo como também podem politicamente qualificá-lo.

Assim, ainda que seja impreciso supor que possa existir um vínculo estreito, direto e definido entre a participação nesses espaços de discussão projetual e a participação política que garante o controle social da agenda pública, tal como se pressupõe que deva ser o processo de aprofundamento da democracia, deixar de reconhecer a legitimidade da construção dessa micro-esfera<sup>6</sup> no que ela pode acrescentar cultural e simbolicamente para a concepção de uma sociedade igualitária, seria incorrer na mesma imprecisão, sob o risco de que cometamos o equívoco de reduzir e subestimar as nuances que cotidianamente dão sentido à permanência da disputa.

Do acúmulo desses processos aqui reconstruídos, toda uma reflexão sobre as dimensões, os limites e os deslizamentos da aposta contida na construção desse ideário da participação, no âmbito da produção da habitação social e da cidade, vem sendo elaborada por diversos arquitetos e urbanistas que tomaram parte nas experiências participativas dos anos 1980 e 1990 no país, buscando “registrar erros, acertos, ganhos e perdas desse período como forma de (re)pensar seus próprios limites e ações incompletas, mas também de admitir que, quando o conflito legitimamente se (re)coloca em pauta, não há como prever ‘resultados’ – a disputa a todo momento se dinamiza e propõe novos desafios” (Cruz, 2013:87).

De fato, as primeiras décadas do século XXI parecem apontar para uma atualização nesse campo de debates (mais do que de práticas): como destaca Cruz (2013), é crescente o número de pesquisas, publicações e eventos que visam discutir as relações entre arquitetura e poder, ou, em sentido mais específico, repensar o lugar da participação na contemporaneidade<sup>7</sup>, repondo e dando novos contornos à questão que animava já muitas daquelas primeiras proposições que assinalamos na introdução deste texto – a relação entre arquitetura e urbanismo e sociedade –, fazendo crer que, mesmo que sob imposições normativas e politicamente esvaziadas, as experiências que conformam a *nebulosa* aqui ensaiada – e, sobretudo, que dela se espraiam – permitem refletir sobre a participação como um nexos possível entre as dobras que insistem em dissociar técnica e política ao pensar – e praticar – a arquitetura e urbanismo, isolando-as em campos inconciliáveis, para retomar uma reflexão cara a Lopes (2011, 2004).

6 Em outro texto, questões complementares avançam especificamente nesta abordagem: Pulhez & Rosa (2007).

7 O autor reúne uma série de referências internacionais importantes, que merecem consulta, como, por exemplo, Blundell-Jones; Petrescu; Till (2005) e Miessen (2010), dentre outros. No Brasil, destaque-se Carvalho (2004), Lopes; Kapp; Baltazar (2010) e Lopes (2011).

Assim, na perspectiva histórica aqui proposta, talvez seja possível pensar propriamente a participação como “herança” fundamental do século XX, não como prática instituída ou instituinte, nem tampouco como modelo de gestão ou modo de projetar, mas enquanto campo de conformação de outras possibilidades de articulação entre arquitetura e urbanismo e sociedade, entre saberes técnicos e populares, e, sobretudo, como *locus* possível da experimentação e da invenção como dimensões eminentemente políticas e politizadoras de teorias e práticas sobre a produção da habitação e da cidade as quais, sempre capturadas, irão emergir e ressignificar-se novamente em outro tempo-espço.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. *Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigos aos mutirões*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- \_\_\_\_\_. *O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 2004.
- BARAVELLI, J. E. *O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo: das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 2007.
- BLUNDELL JONES, P.; PETRESCU, D.; TILL, J. (Ed.). *Architecture and participation*. Londres; Nova York: Spon Press, 2005.
- BONDUKI, N. *Habitação & Autogestão*. Rio de Janeiro: Fase, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Arquitetura e habitação social em São Paulo 1989-1992*. São Carlos: EESC-USP, 1993.
- CARVALHO, C. *Lupa e telescópio – o mutirão em foco: São Paulo, anos 90 e atualidade*. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo, 2004.
- CRUZ, L. *Utopia e pragmatismo em cinco propostas de Habitação de Interesse Social no Brasil (1992-2012)*. Dissertação de Mestrado, FAU-UFBA. Salvador, 2013.
- DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FERRO, S. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- LOPES, J. M. *Sobre arquitetos e sem-tetos: técnica e arquitetura como prática política*. Tese de Livre Docência, IAU/EESC USP. São Carlos, 2011.
- \_\_\_\_\_; KAPP, S.; BALTAZAR, A. *Por partes: O novo fundamentalismo participacionista nos programas de moradia para os pobres*. In: *Anais do I SILACC – SIMPÓSIO IBERO AMERICANO DE CIDADE E CULTURA*. São Carlos: EESC-USP, 2010.
- \_\_\_\_\_. “Das utopias sem lugar aos lugares sem utopias: um roteiro para discutir os mutirões autoorganizados em São Paulo”. São Carlos, 2004 (não publicado).
- MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- MIESSEN, M. *The nightmare of participation (crossbench praxis as a mode of criticality)*. Berlim: Sternberg Pres, 2010.
- PEREIRA, M. “O rumor das narrativas: A história da Arquitetura e do Urbanismo do século XX no Brasil ? como problema historiográfico ? Notas para uma avaliação”. *ReDObRa*, v. 13, 2014, 201-247.
- PULHEZ, M. “Fronteiras da desordem: saber e ofício nas experiências de Hélio Oiticica no Morro da Mangueira e de Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 47, 2008, 93-101.
- \_\_\_\_\_. *Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização*. Dissertação de Mestrado, EESC-USP. São Carlos, 2007.
- \_\_\_\_\_ & ROSA, T. *O modelo entre a alegoria e a disputa: reflexões sobre práticas participativas em programas de urbanização de favelas*. In: *Anais do II SILACC – SIMPÓSIO IBERO AMERICANO DE CIDADE E CULTURA*. São Carlos: EESC-USP, 2007.
- SANTOS, C. N. F. dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SACHS, C. *Políticas públicas e habitação popular*. São Paulo: Edusp, 1999.